
MANIFESTO DEIVIS OSS

Por um Rio Grande do Sul mais seguro, mais justo, mais livre e mais humano.

APRESENTAÇÃO

Toda história começa muito antes da política.

A minha começou em Catuípe, no interior do Rio Grande do Sul, onde nasci em 1988. Cresci em um lar simples, cercado por três mulheres que marcaram profundamente minha formação: minha avó, minha mãe e minha irmã. E meu Avô! Minha avó era uma mulher de fé inabalável, que me ensinou, pelo exemplo, a importância dos princípios, da honestidade e da confiança em Deus. Minha mãe, professora de Língua Portuguesa da rede pública estadual, dedicou grande parte da sua vida ao ensino e ao serviço público, trabalhando longas jornadas para oferecer à nossa família aquilo que nunca nos faltou: dignidade.

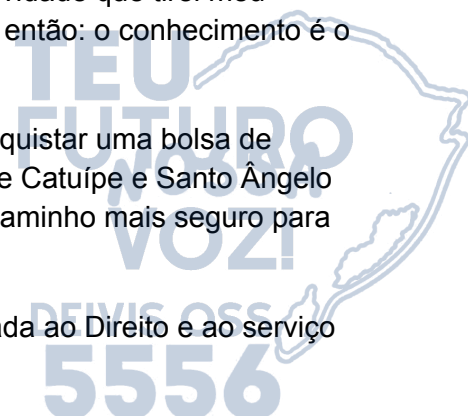
Foi dentro de casa que aprendi duas lições que carrego até hoje: **o estudo transforma vidas e o trabalho dignifica o ser humano.**

Esses valores deixaram de ser apenas ensinamentos muito cedo. Aos doze anos comecei a trabalhar em um supermercado dos meus avós. Passei pelo caixa, pela reposição de mercadorias, pelo açougue e por praticamente todos os setores. Ali compreendi que nenhum trabalho honesto diminui uma pessoa. Pelo contrário, é o trabalho que forma caráter, ensina responsabilidade e faz com que valorizemos cada conquista.

Mais tarde concluí o curso técnico em Informática e, ainda aos dezessete anos, comecei a dar aulas e realizar manutenção de computadores. Foi dessa atividade que tirei meu sustento e confirmei outra convicção que me acompanha desde então: o conhecimento é o patrimônio que ninguém pode tirar de uma pessoa.

Movido por essa certeza, ingressei no curso de Direito após conquistar uma bolsa de estudos por mérito acadêmico. Todos os dias fazia o trajeto entre Catuípe e Santo Ângelo para estudar, acreditando que a educação continuava sendo o caminho mais seguro para construir um futuro melhor.

Foi ali que começou uma trajetória de mais de vinte anos dedicada ao Direito e ao serviço público.



Ao longo dessa caminhada atuei no Ministério Público, em escritórios de advocacia, na Procuradoria do INSS, fui assessor de Juiz de Direito, advogado por mais de uma década, Procurador Jurídico Municipal e assessor jurídico de Câmara de Vereadores. Cada uma dessas experiências ampliou minha compreensão sobre a realidade brasileira e mostrou que, por trás de cada processo, existe uma história, uma família e uma vida que espera por justiça.

Nos últimos anos passei a integrar a Polícia Civil, onde a teoria deu lugar ao contato diário com a realidade da segurança pública. Vi de perto a dor das vítimas, a atuação das organizações criminosas, o sofrimento das famílias e os desafios enfrentados por quem dedica a própria vida à proteção da sociedade. Essas experiências reforçaram em mim a convicção de que segurança pública não pode ser apenas um discurso. Ela precisa ser tratada como prioridade.

Paralelamente à atividade profissional, nunca deixei de ensinar. Há anos atuo como professor de Direito em cursos preparatórios para concursos públicos, compartilhando conhecimento e ajudando centenas de alunos a conquistarem seus objetivos. Também encontrei na escrita outra forma de servir. Escrevi romances policiais inspirados no universo da investigação criminal, livros sobre casamento fundamentados em princípios bíblicos e obras voltadas ao desenvolvimento pessoal e financeiro, sempre guiado pela convicção de que conhecimento e valores caminham juntos.

Minha caminhada espiritual também moldou quem sou. Embora tenha sido criado em um ambiente cristão, foi na juventude que reencontrei minha fé e decidi reconstruir minha vida sobre os ensinamentos do Evangelho. Fui batizado, casei-me com minha esposa, Luirce Paz Oss, e construímos juntos uma família que hoje é meu maior patrimônio. Sou pai de duas meninas e de um enteado que considero, em todos os sentidos, como meu filho.

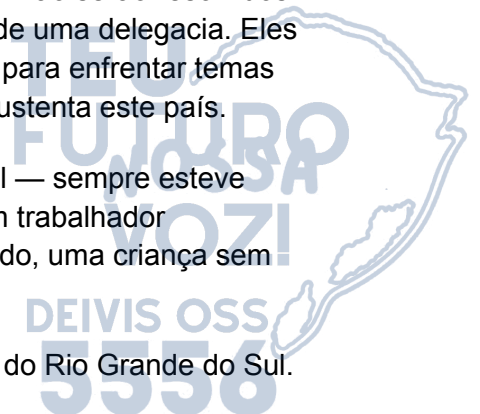
Ao longo dos anos também me dediquei à comunicação. Participei da criação de uma empresa de marketing e assessoria jurídica eleitoral, fundei o Canal DON RS, atuo como repórter policial e passei a apresentar o Deslocast, um espaço voltado ao desenvolvimento humano, liderança e formação de pessoas. Cada uma dessas experiências me aproximou ainda mais da realidade da população e reforçou a importância de ouvir antes de falar.

Foi justamente essa trajetória que me conduziu à política.

Não entrei na vida pública porque desejava um cargo. Entrei porque compreendi que muitos dos problemas que enfrentei como advogado, professor e policial não serão resolvidos apenas dentro de um processo judicial, de uma sala de aula ou de uma delegacia. Eles exigem mudanças na legislação, fiscalização eficiente, coragem para enfrentar temas difíceis e representantes comprometidos com quem realmente sustenta este país.

Minha indignação diante da injustiça — seja ela jurídica ou social — sempre esteve presente. Ela nasce toda vez que vejo uma vítima esquecida, um trabalhador desrespeitado, um produtor rural abandonado, um idoso enganado, uma criança sem proteção ou uma família perdendo a esperança.

É por essas pessoas que decidi colocar meu nome à disposição do Rio Grande do Sul.



Não para construir uma carreira política, mas para continuar servindo, agora por um novo caminho.

Acredito que a política recupera seu verdadeiro sentido quando deixa de servir a interesses particulares e volta a servir as pessoas. É esse compromisso que apresento nas próximas páginas e que pretendo honrar todos os dias.

MANIFESTO DE PRINCÍPIOS

A política vive um dos momentos mais desafiadores da história recente. Em muitos lugares, ela deixou de ser compreendida como um instrumento de transformação coletiva para se tornar sinônimo de disputa permanente, promessas vazias e desconfiança. O resultado é uma sociedade que, muitas vezes, já não espera soluções do poder público, mas apenas aprende a conviver com problemas que jamais deveriam ter sido normalizados.

Normalizamos a violência como se fosse inevitável. Normalizamos filas na saúde como se fossem parte da rotina. Normalizamos a elevada carga tributária, a burocracia que sufoca quem empreende, a sensação de impunidade e o distanciamento entre Brasília e a realidade das pessoas. Aos poucos, fomos aceitando que o cidadão deveria se adaptar às falhas do Estado, quando deveria acontecer exatamente o contrário.

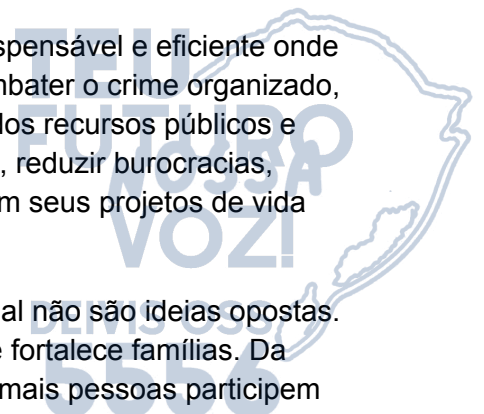
Não acredito que essa seja a vocação do Brasil.

Também não acredito que existam soluções simples para desafios complexos. Um país não se transforma por meio de discursos, nem por leis isoladas. Ele se transforma quando princípios sólidos orientam decisões consistentes ao longo do tempo. É por isso que este Manifesto não nasce da intenção de apresentar um conjunto de promessas, mas da necessidade de afirmar uma visão de país, uma visão de Estado e uma visão de sociedade.

Acredito em um Brasil que reconhece o valor do trabalho. Um país onde quem acorda cedo para produzir, empreender, estudar ou servir ao próximo encontre no Estado um aliado, e não um obstáculo. Um Brasil em que o dinheiro arrecadado por meio dos impostos seja tratado com respeito, porque antes de chegar aos cofres públicos passou pelas mãos de alguém que trabalhou para conquistá-lo.

Acredito em um Estado que seja forte onde sua presença é indispensável e eficiente onde sua atuação é necessária. Forte para proteger a população, combater o crime organizado, defender nossas fronteiras, fiscalizar corretamente a aplicação dos recursos públicos e garantir serviços essenciais. E eficiente para evitar desperdícios, reduzir burocracias, simplificar procedimentos e permitir que as pessoas desenvolvam seus projetos de vida sem depender da lentidão da máquina pública.

Também acredito que desenvolvimento econômico e justiça social não são ideias opostas. Uma economia saudável cria empregos, amplia oportunidades e fortalece famílias. Da mesma forma, políticas sociais bem estruturadas permitem que mais pessoas participem



desse desenvolvimento. O verdadeiro progresso acontece quando crescimento econômico e dignidade caminham lado a lado.

A família ocupa lugar central nessa visão de sociedade. Antes de existir qualquer governo, qualquer parlamento ou qualquer instituição pública, existe uma casa. É dentro dela que aprendemos respeito, responsabilidade, solidariedade e honestidade. Quando fortalecemos as famílias, reduzimos muitos dos problemas que mais tarde exigirão a intervenção do Estado. Por isso, acredito que proteger a família não é defender apenas uma instituição; é preservar o primeiro espaço onde cidadãos são formados.

Essa mesma lógica se aplica à segurança pública. Não existe liberdade verdadeira quando o medo determina a rotina das pessoas. Nenhuma mãe deveria viver apreensiva enquanto o filho retorna da escola. Nenhum produtor rural deveria dormir preocupado com a criminalidade no campo. Nenhum comerciante deveria encerrar seu expediente mais cedo por receio da violência. Segurança não é privilégio; é a condição necessária para que todos os demais direitos possam ser exercidos plenamente.

O mesmo vale para a saúde. Um sistema de saúde eficiente não pode ser medido apenas pelo número de hospitais ou pela quantidade de recursos investidos. Deve ser medido pela tranquilidade de quem sabe que será atendido quando precisar. O cidadão não quer apenas estruturas maiores; quer respostas mais rápidas, atendimento mais próximo e serviços que funcionem com dignidade e respeito.

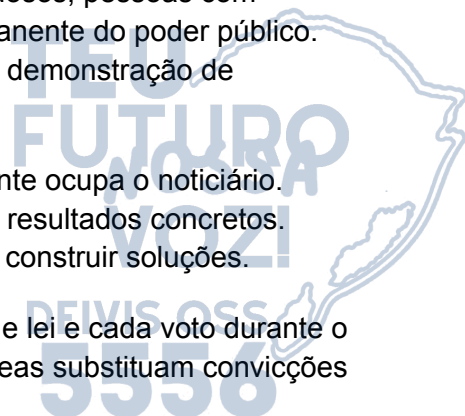
Como gaúcho, também aprendi a reconhecer a importância de quem produz. O Rio Grande do Sul foi construído pelo trabalho do agricultor, do pecuarista, do empreendedor, do comerciante, do caminhoneiro, do professor, do servidor público e do trabalhador que todos os dias movimenta a economia. Valorizar essas pessoas significa compreender que desenvolvimento não nasce nos gabinetes. Ele nasce da coragem de quem investe, assume riscos e gera oportunidades.

Vivemos ainda uma transformação tecnológica sem precedentes. A inovação altera profundamente a forma como produzimos, estudamos, nos comunicamos e prestamos serviços públicos. A tecnologia deve ser utilizada para aproximar o Estado do cidadão, reduzir custos, combater fraudes, melhorar a segurança pública e ampliar o acesso à saúde e à educação.

Ao mesmo tempo, acredito que uma sociedade verdadeiramente desenvolvida também se mede pela forma como protege os mais vulneráveis. Crianças, idosos, pessoas com deficiência, vítimas de crimes e animais merecem atenção permanente do poder público. Cuidar dessas pessoas não é um gesto de benevolência. É uma demonstração de civilidade.

Tudo isso exige uma política diferente daquela que frequentemente ocupa o noticiário. Menos voltada para disputas estéreis e mais comprometida com resultados concretos. Menos preocupada em produzir discursos e mais determinada a construir soluções.

Esses princípios orientarão cada posicionamento, cada projeto de lei e cada voto durante o mandato. São eles que impedirão que circunstâncias momentâneas substituam convicções



e manterão o compromisso assumido com cada cidadão que deposita sua confiança em um representante.

Ao longo das próximas páginas apresento a visão que orienta minha atuação parlamentar. Não se trata de um programa fechado, mas de um compromisso público construído sobre valores permanentes e sobre a convicção de que a política continua sendo uma das mais importantes ferramentas de transformação social quando exercida com responsabilidade, coerência e espírito de serviço.

É a partir desses princípios que este Manifesto se desenvolve.

Porque toda sociedade começa na família. E é por ela que devemos começar.

CAPÍTULO I

A FAMÍLIA COMO FUNDAMENTO DA SOCIEDADE

Toda grande nação começa muito antes dos palácios, dos parlamentos e dos tribunais. Ela começa dentro de casa.

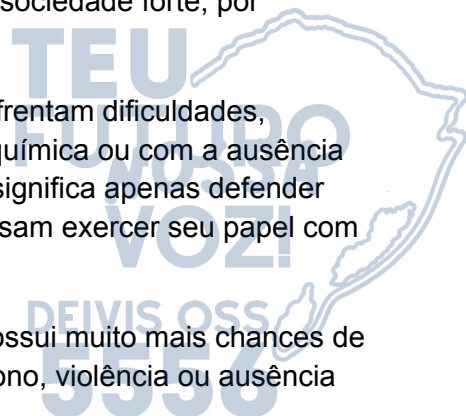
É na família que aprendemos as primeiras noções de certo e errado. É ali que descobrimos o valor da palavra, do respeito, da disciplina, da solidariedade e da responsabilidade. Antes de qualquer professor ensinar, antes de qualquer juiz julgar e antes de qualquer policial proteger, existe alguém que segura a mão de uma criança e lhe mostra o caminho.

Por isso, acredito que nenhuma política pública será verdadeiramente eficiente se ignorar a importância da família.

Ao longo das últimas décadas, o Estado assumiu responsabilidades cada vez maiores. Em muitos casos, isso foi necessário. Em outros, porém, passamos a esperar do poder público soluções para problemas que deveriam ser prevenidos por uma sociedade forte, por comunidades presentes e por famílias estruturadas.

Não defendo uma visão romântica da família. Sei que muitas enfrentam dificuldades, convivem com a violência, com a pobreza, com a dependência química ou com a ausência de oportunidades. Justamente por isso, fortalecer a família não significa apenas defender um conceito. Significa criar condições para que pais e mães possam exercer seu papel com dignidade e segurança.

Uma criança que cresce cercada de afeto, educação e limites possui muito mais chances de construir uma vida saudável do que aquela que encontra abandono, violência ou ausência



de perspectivas. Investir na família não é apenas proteger o presente; é reduzir os problemas que surgirão no futuro.

Essa compreensão orienta minha atuação parlamentar.

A Constituição Federal reconhece a família como base da sociedade. Não se trata de uma afirmação simbólica. Trata-se de um compromisso que deve inspirar a elaboração das leis e das políticas públicas.

Fortalecer a família também significa reconhecer que ela assume responsabilidades que nenhum governo consegue substituir plenamente. É ela quem acompanha o desenvolvimento dos filhos, cuida dos idosos, acolhe os momentos de dificuldade e transmite valores que atravessam gerações.

Por isso, toda legislação que fortaleça os vínculos familiares fortalece, ao mesmo tempo, a própria sociedade.

Entretanto, proteger a família também exige enfrentar problemas que mudaram profundamente nas últimas décadas.

A violência deixou de estar apenas nas ruas. Hoje ela entra pelas telas dos celulares. Crianças e adolescentes convivem diariamente com riscos que não existiam para as gerações anteriores. O ambiente digital trouxe oportunidades extraordinárias para o conhecimento, mas também abriu espaço para novas formas de exploração, manipulação e violência.

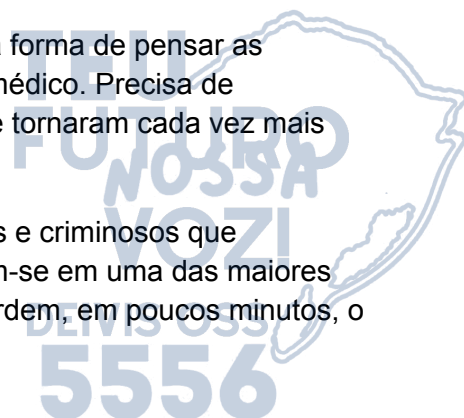
Redes criminosas utilizam a internet para aliciar menores, produzir material de exploração sexual infantil, aplicar golpes e estimular práticas que comprometem o desenvolvimento de milhares de jovens. Os pais, muitas vezes, enfrentam esse cenário sem orientação e sem instrumentos adequados de proteção.

Da mesma forma, cresce a preocupação com a saúde emocional das novas gerações. Casos de ansiedade, depressão, automutilação e suicídio entre adolescentes aumentaram de forma preocupante. A escola, a família e o Estado precisam atuar em conjunto. Nenhuma dessas instituições, isoladamente, conseguirá responder a esse desafio.

Ao mesmo tempo, não podemos esquecer daqueles que dedicaram toda uma vida ao trabalho e hoje merecem envelhecer com dignidade.

O Brasil envelhece rapidamente. Esse processo exige uma nova forma de pensar as políticas públicas. O idoso não precisa apenas de atendimento médico. Precisa de segurança, mobilidade, respeito e proteção contra crimes que se tornaram cada vez mais sofisticados.

Golpes financeiros, fraudes eletrônicas, falsas centrais bancárias e criminosos que exploram a boa-fé de aposentados e pensionistas transformaram-se em uma das maiores formas de violência patrimonial da atualidade. Muitas vítimas perdem, em poucos minutos, o patrimônio construído ao longo de décadas de trabalho.



Também merece atenção permanente a inclusão das pessoas com deficiência. Uma sociedade justa não mede seu desenvolvimento apenas pelo crescimento econômico, mas pela capacidade de garantir oportunidades a todos. A acessibilidade, a inclusão educacional, o acesso ao mercado de trabalho e a eliminação de barreiras físicas e sociais devem deixar de ser exceções para se tornarem regra.

Ao observar esses desafios, torna-se evidente que proteger a família significa muito mais do que proteger um núcleo doméstico. Significa construir uma rede de proteção capaz de acompanhar o cidadão em todas as fases da vida: na infância, na juventude, na vida adulta e na terceira idade.

É essa visão que pretendo levar ao Parlamento.

Mais do que reagir aos problemas, precisamos fortalecer aquilo que sempre foi o maior patrimônio de qualquer sociedade: pessoas.

Ao longo do mandato, defenderei medidas legislativas voltadas à proteção da família e das pessoas mais vulneráveis, entre elas:

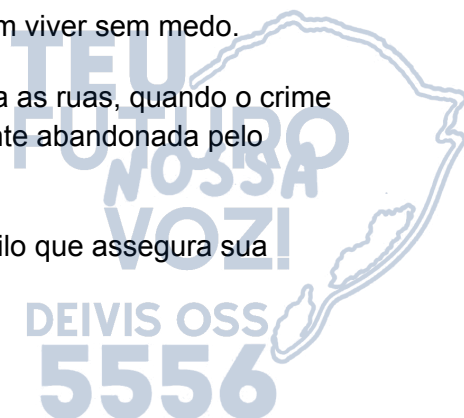
- aperfeiçoar a legislação de combate à exploração sexual infantil, especialmente nos ambientes digitais;
- fortalecer a investigação e a cooperação entre órgãos de segurança no enfrentamento aos crimes praticados contra crianças e adolescentes;
- apoiar políticas nacionais de prevenção à violência doméstica e intrafamiliar, com foco na proteção das vítimas e na responsabilização dos agressores;
- incentivar a simplificação dos processos de adoção, preservando a segurança jurídica e priorizando o interesse da criança;
- ampliar políticas públicas voltadas à saúde mental de crianças, adolescentes e famílias;
- fortalecer mecanismos legais de proteção da pessoa idosa, especialmente contra golpes patrimoniais e fraudes eletrônicas;
- promover iniciativas que ampliem a inclusão, a acessibilidade e as oportunidades para pessoas com deficiência.

Essas propostas não representam um conjunto isolado de ações. Elas refletem uma convicção: uma sociedade que protege suas famílias constrói cidadãos mais preparados, comunidades mais fortes e um futuro mais seguro.

Mas proteger pessoas também significa garantir que elas possam viver sem medo.

Nenhuma família consegue prosperar quando a violência domina as ruas, quando o crime organizado ocupa espaços do Estado ou quando a vítima se sente abandonada pelo sistema de justiça.

É por isso que, depois de falar da família, precisamos falar daquilo que assegura sua tranquilidade: a segurança pública e a justiça.



CAPÍTULO II

SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA: O DEVER MAIS ELEMENTAR DO ESTADO

Existe um princípio que antecede praticamente todos os demais direitos assegurados pela Constituição: o direito de viver em segurança.

A liberdade de ir e vir, o direito ao trabalho, a educação, o lazer e até mesmo o desenvolvimento econômico dependem de uma condição básica: que as pessoas possam viver sem medo.

Quando o medo passa a determinar os horários em que uma família sai de casa, quando comerciantes fecham seus estabelecimentos mais cedo por receio da violência, quando produtores rurais dormem preocupados com furtos e invasões ou quando uma mãe acompanha, pelo celular, o trajeto do filho até a escola por não saber se ele chegará em segurança, algo essencial deixou de funcionar.

Essa realidade não pode ser aceita como normal.

O Estado existe para garantir direitos, mas nenhum direito se sustenta quando a segurança pública falha.

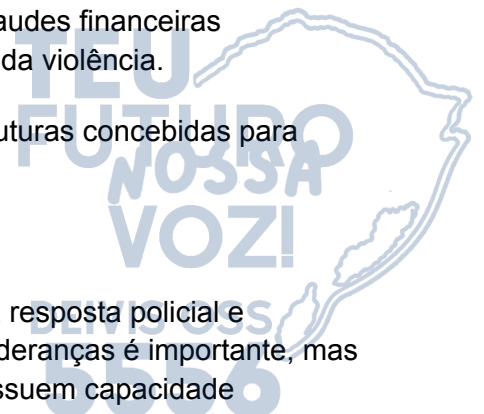
Durante minha trajetória profissional tive o privilégio de conhecer o sistema de justiça sob diferentes perspectivas. Atuei no Ministério Público, trabalhei ao lado da magistratura, exerci a advocacia, lecionei Direito e, nos últimos anos, passei a integrar a Polícia Civil. Em cada uma dessas funções enxerguei uma parte da realidade. Somadas, elas me permitiram compreender algo que considero fundamental: segurança pública não é um problema de um único órgão. É uma política de Estado que depende de legislação eficiente, instituições fortalecidas e decisões corajosas.

Também aprendi que o enfrentamento da criminalidade exige muito mais do que discursos de ocasião. O crime mudou. Tornou-se mais organizado, mais tecnológico e mais lucrativo. Organizações criminosas movimentam recursos milionários, infiltram-se em atividades econômicas, utilizam a internet para recrutar jovens, praticam fraudes financeiras sofisticadas e ampliam sua influência por meio da intimidação e da violência.

Enquanto isso, o Estado ainda trabalha, muitas vezes, com estruturas concebidas para enfrentar uma criminalidade do século passado.

Essa assimetria precisa ser enfrentada.

O combate ao crime organizado deve deixar de ser apenas uma resposta policial e tornar-se uma política permanente de inteligência. A prisão de lideranças é importante, mas não suficiente. Organizações criminosas sobrevivem porque possuem capacidade



financeira. Confiscam-se poucas riquezas, interrompem-se poucos fluxos de dinheiro e, frequentemente, novos integrantes assumem o lugar daqueles que foram presos.

Por isso, acredito que uma das prioridades da legislação brasileira deve ser o fortalecimento dos mecanismos de investigação patrimonial. É preciso retirar do crime aquilo que lhe permite continuar existindo: seu patrimônio.

Da mesma forma, defendo uma integração cada vez maior entre Polícia Federal, Polícias Cíveis, Polícias Militares, Polícia Penal, Receita Federal, COAF, Ministério Público e Poder Judiciário. O crime organizado atua em rede. O Estado também precisa atuar.

Mas segurança pública não se resume ao enfrentamento das facções.

Ela também passa por um debate que o Brasil adia há décadas: a responsabilização de adolescentes envolvidos em crimes de extrema violência.

Essa é uma discussão que exige serenidade.

Não se trata de criminalizar a juventude nem de abandonar políticas de prevenção. Ao contrário. O Estado deve investir cada vez mais em educação, esporte, cultura, qualificação profissional e oportunidades para nossos jovens.

Entretanto, também é impossível ignorar uma realidade conhecida por quem atua diariamente na segurança pública. Organizações criminosas recrutam adolescentes para praticar homicídios, transportar drogas, executar roubos e integrar facções justamente porque conhecem as limitações do sistema de responsabilização atualmente existente.

Não podemos permitir que menores sejam utilizados como escudos por organizações criminosas.

Defendo que o Congresso Nacional enfrente esse tema com responsabilidade, analisando a redução da maioridade penal para crimes de extrema gravidade, como homicídio qualificado, latrocínio, estupro, terrorismo e participação em organizações criminosas, sempre acompanhada de critérios rigorosos e respeito às garantias constitucionais. A proteção integral da infância também exige impedir que crianças e adolescentes sejam transformados em instrumentos do crime.

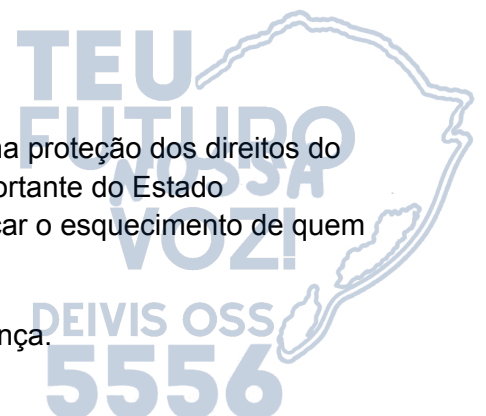
Entretanto, existe outro aspecto da segurança pública que durante muito tempo permaneceu praticamente invisível.

A vítima.

Nos últimos anos, o sistema jurídico evoluiu significativamente na proteção dos direitos do investigado e do acusado, o que representa uma conquista importante do Estado Democrático de Direito. Contudo, esse avanço não pode significar o esquecimento de quem sofreu diretamente as consequências do crime.

Toda vítima carrega marcas que não desaparecem com a sentença.

Algumas perdem patrimônio.



Outras perdem saúde.

Muitas perdem familiares.

Quase todas perdem a tranquilidade.

O processo penal precisa voltar a enxergar a vítima como sujeito de direitos.

É por essa razão que defenderei a construção de um verdadeiro **Estatuto Nacional da Vítima**, inspirado nas melhores experiências internacionais e voltado à proteção integral daqueles que sofreram crimes. O objetivo não é restringir garantias processuais, mas equilibrar um sistema que, durante muito tempo, concentrou sua atenção quase exclusivamente sobre o autor da infração penal.

Dentro dessa proposta, considero fundamentais algumas medidas:

- garantir que vítimas e familiares sejam informados sobre fuga, progressão de regime, livramento condicional ou soltura do condenado quando essas decisões puderem impactar sua segurança;
- assegurar atendimento psicológico, orientação jurídica e acolhimento especializado às vítimas de crimes violentos;
- integrar os serviços de segurança pública, saúde e assistência social para evitar que a vítima precise reviver sucessivamente o trauma em diferentes órgãos;
- fortalecer políticas nacionais de prevenção à revitimização, especialmente em casos envolvendo crianças, mulheres e idosos.

Também considero indispensável valorizar aqueles que diariamente assumem a missão constitucional de proteger a sociedade.

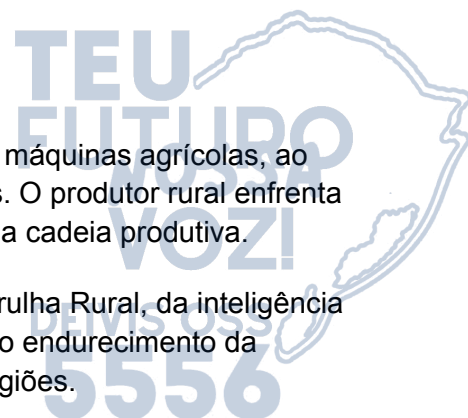
Policiais, bombeiros, peritos, policiais penais e guardas municipais exercem funções que exigem preparo técnico, equilíbrio emocional e coragem. O fortalecimento das forças de segurança não depende apenas da aquisição de equipamentos. Depende de formação continuada, inteligência policial, tecnologia, integração institucional e reconhecimento do papel desempenhado por esses profissionais.

Como deputado federal, defenderei iniciativas que modernizem os sistemas de investigação, ampliem a utilização de tecnologias de inteligência, fortaleçam o compartilhamento de informações entre os órgãos de segurança e incentivem investimentos em equipamentos e capacitação.

Segurança pública também significa proteger quem produz.

O campo brasileiro não pode permanecer vulnerável ao furto de máquinas agrícolas, ao abigeato, ao roubo de defensivos, combustíveis e equipamentos. O produtor rural enfrenta riscos que comprometem não apenas seu patrimônio, mas toda a cadeia produtiva.

Por isso, defenderei o fortalecimento da segurança rural, da Patrulha Rural, da inteligência policial voltada ao combate aos crimes praticados no campo e do endurecimento da legislação contra organizações criminosas que atuam nessas regiões.



Nenhuma dessas medidas, isoladamente, resolverá todos os problemas da segurança pública.

Mas acredito profundamente que existe um caminho.

Ele passa por leis melhores.

Por instituições mais eficientes.

Por integração entre os órgãos públicos.

Pela valorização de quem protege.

E pela coragem de enfrentar temas que, durante muito tempo, foram evitados por conveniência política.

Porque uma sociedade verdadeiramente livre não é aquela onde o crime encontra espaço para prosperar.

É aquela onde o cidadão de bem volta a viver com tranquilidade.

A segurança pública não é um fim em si mesma.

Ela é a condição que permite que famílias prosperem, empresas invistam, crianças cresçam em paz e comunidades recuperem a confiança no futuro.

É justamente essa confiança que também precisa orientar outra das maiores responsabilidades do Estado: garantir que a saúde chegue às pessoas com dignidade, eficiência e humanidade.

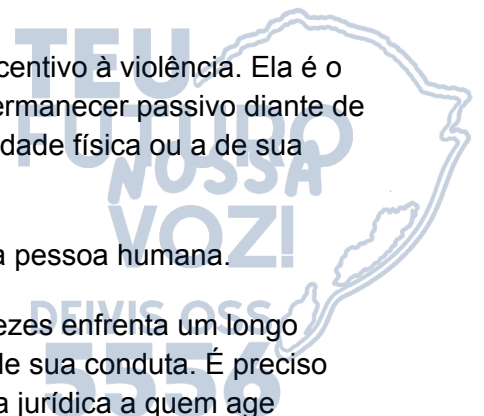
O DIREITO À LEGÍTIMA DEFESA E À PROTEÇÃO DA VIDA

A primeira responsabilidade do Estado é proteger seus cidadãos. Quando essa proteção falha, a Constituição e o Código Penal reconhecem um direito que acompanha a humanidade há séculos: o direito à legítima defesa.

A legítima defesa não representa um privilégio, tampouco um incentivo à violência. Ela é o reconhecimento jurídico de que ninguém pode ser obrigado a permanecer passivo diante de uma agressão injusta que coloque em risco sua vida, sua integridade física ou a de sua família.

Defender esse princípio significa proteger a própria dignidade da pessoa humana.

Entretanto, o cidadão que age dentro dos limites da lei muitas vezes enfrenta um longo percurso de insegurança jurídica até ver reconhecida a licitude de sua conduta. É preciso aperfeiçoar os mecanismos legais para garantir maior segurança jurídica a quem age



legitimamente para proteger a própria vida ou a vida de terceiros, sempre preservando o devido processo legal e evitando interpretações que banalizem esse importante instituto jurídico.

Da mesma forma, considero fundamental fortalecer o debate sobre a proteção das propriedades rurais, frequentemente localizadas em regiões afastadas, onde o tempo de resposta das forças policiais pode ser significativamente maior. A legislação deve considerar essas realidades sem perder de vista o equilíbrio entre o direito de defesa e a proteção da vida.

COLECIONADORES, ATIRADORES DESPORTIVOS E CAÇADORES (CACs)

O debate sobre armas costuma ser tratado de forma simplificada, como se existissem apenas duas posições possíveis. A realidade é muito mais complexa.

Milhares de brasileiros exercem atividades de colecionismo, tiro esportivo e manejo autorizado dentro dos limites estabelecidos pela legislação. Essas pessoas submetem-se a exames psicológicos, testes de capacidade técnica, fiscalização permanente e rigorosos controles administrativos.

Quem cumpre a lei merece estabilidade jurídica.

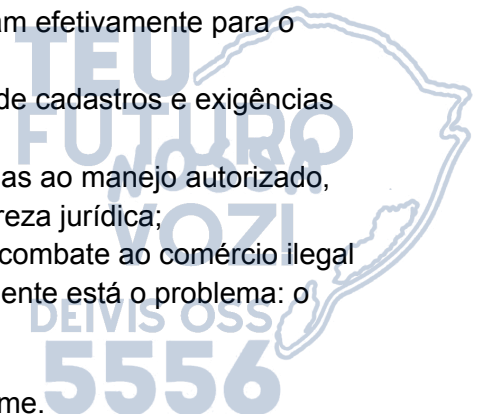
Mudanças frequentes nas regras administrativas criam insegurança para cidadãos que atuam de forma regular e dificultam o planejamento de atividades reconhecidas pelo próprio Estado.

Defendo uma legislação mais estável, tecnicamente fundamentada e construída com diálogo entre os órgãos de controle, as forças de segurança e as entidades representativas do setor.

Entre os temas que considero importantes para esse debate estão:

- aperfeiçoar o sistema de Guias de Tráfego, buscando maior racionalidade administrativa e ampliando sua validade quando houver segurança técnica para isso;
- simplificar procedimentos burocráticos que não contribuam efetivamente para o controle estatal;
- integrar sistemas de fiscalização, reduzindo duplicidade de cadastros e exigências administrativas;
- aperfeiçoar a regulamentação relativa às armas destinadas ao manejo autorizado, ao tiro esportivo e ao colecionismo, garantindo maior clareza jurídica;
- fortalecer mecanismos de rastreabilidade, fiscalização e combate ao comércio ilegal de armas, concentrando a atuação estatal onde efetivamente está o problema: o armamento utilizado pela criminalidade organizada.

Defender regras claras não significa flexibilizar o combate ao crime.



Ao contrário.

Quanto mais eficiente for o controle sobre quem atua dentro da legalidade, maior será a capacidade do Estado de concentrar esforços contra o mercado ilegal que abastece organizações criminosas.

Segurança no campo e manejo

Dentro desse mesmo contexto, merece atenção o trabalho realizado pelos manejadores autorizados no controle do javali, espécie exótica invasora que provoca enormes prejuízos ambientais e econômicos.

Quem atua nessa atividade presta um serviço de interesse público reconhecido pelos órgãos competentes e precisa encontrar segurança jurídica para exercer essa função.

Defenderei o aperfeiçoamento da legislação e dos procedimentos administrativos relacionados ao manejo, buscando reduzir burocracias desnecessárias, simplificar autorizações e discutir incentivos tributários para equipamentos utilizados exclusivamente nessa finalidade, sempre dentro dos limites da legislação e do controle

CAPÍTULO III

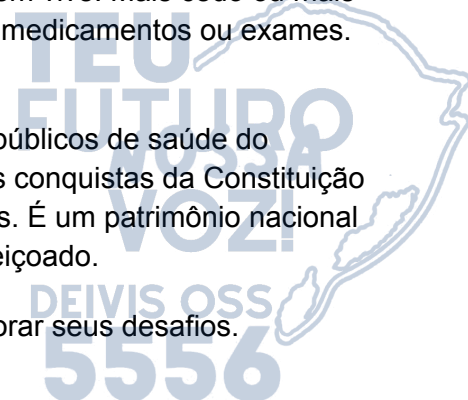
SAÚDE: QUANDO O DIREITO PRECISA SE TORNAR REALIDADE

Poucas situações revelam tanto a importância do Estado quanto o momento em que uma pessoa adoece.

É justamente quando a saúde falha que percebemos o valor de um sistema público eficiente. Não importa a profissão, a renda ou o lugar onde alguém vive. Mais cedo ou mais tarde, todos dependeremos de médicos, enfermeiros, hospitais, medicamentos ou exames. A saúde não distingue classes sociais. Ela atinge a todos.

O Brasil pode orgulhar-se de possuir um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo. O Sistema Único de Saúde representa uma das maiores conquistas da Constituição de 1988 e salvou milhões de vidas ao longo das últimas décadas. É um patrimônio nacional que precisa ser fortalecido, preservado e constantemente aperfeiçoado.

Reconhecer a importância do SUS, entretanto, não significa ignorar seus desafios.



Quem vive no interior do Rio Grande do Sul conhece uma realidade que raramente aparece nos grandes centros. Para milhares de famílias, adoecer também significa viajar. Muitas pessoas percorrem centenas de quilômetros para realizar uma consulta especializada, uma ressonância magnética, uma cirurgia ou um tratamento oncológico. Não é raro encontrar pacientes que saem de casa ainda durante a madrugada para enfrentar horas de estrada em busca de um atendimento que deveria estar mais próximo de sua comunidade.

Essa realidade não representa apenas um problema logístico.

Ela significa sofrimento.

Significa desgaste físico para idosos.

Significa despesas para os municípios.

Significa afastamento da família justamente no momento em que o paciente mais precisa de apoio.

E significa um sistema sobrecarregado, concentrando atendimentos em poucos centros enquanto outras regiões permanecem dependentes dessa estrutura.

Por isso, acredito que uma das grandes prioridades da saúde pública brasileira nas próximas décadas será a regionalização efetiva do atendimento especializado.

Não podemos aceitar que a qualidade do atendimento dependa do CEP onde a pessoa nasceu.

Cada região do Estado precisa desenvolver capacidade para atender sua própria população, especialmente nas áreas de média e alta complexidade. Fortalecer hospitais regionais, incentivar consórcios intermunicipais, ampliar centros especializados e utilizar de forma mais inteligente os recursos federais não representa apenas uma melhoria administrativa. Representa respeito pela dignidade do cidadão.

A lógica deve ser simples: sempre que possível, a saúde precisa ir ao encontro das pessoas, e não obrigar as pessoas a percorrer grandes distâncias em busca da saúde.

Esse princípio também exige uma revisão da forma como enfrentamos as filas de espera.

Toda fila representa uma história.

Não são apenas números.

São trabalhadores afastados.

Pais e mães convivendo diariamente com a dor.

Crianças aguardando diagnóstico.

Pacientes oncológicos cuja chance de recuperação diminui a cada semana de atraso.



A demora em um exame pode significar a diferença entre um tratamento simples e uma doença em estágio avançado.

Por isso, acredito que o Congresso Nacional precisa discutir mecanismos capazes de estabelecer parâmetros mais eficientes para exames e procedimentos de maior complexidade, estimulando o aproveitamento da capacidade instalada da rede pública, filantrópica e conveniada sempre que isso representar benefício direto ao paciente.

O cidadão não quer saber se o problema está no município, no Estado ou na União.

Ele apenas deseja ser atendido.

Esse deve ser o compromisso de qualquer política pública.

Outro desafio que precisa ganhar espaço no debate nacional é o envelhecimento da população.

O Brasil envelhece rapidamente.

Essa mudança demográfica transformará profundamente as políticas públicas das próximas décadas.

Precisaremos investir cada vez mais em prevenção, diagnóstico precoce, atendimento multidisciplinar e cuidados continuados.

Doenças neurodegenerativas, como Alzheimer e Parkinson, deixarão de ser exceção para se tornar uma realidade presente em milhares de famílias brasileiras.

Não podemos esperar que esse cenário se agrave para começar a agir.

Investir em saúde do idoso não significa apenas ampliar consultas.

Significa garantir autonomia, qualidade de vida e dignidade.

Também merece atenção especial o atendimento às pessoas com Transtorno do Espectro Autista e outras condições do neurodesenvolvimento.

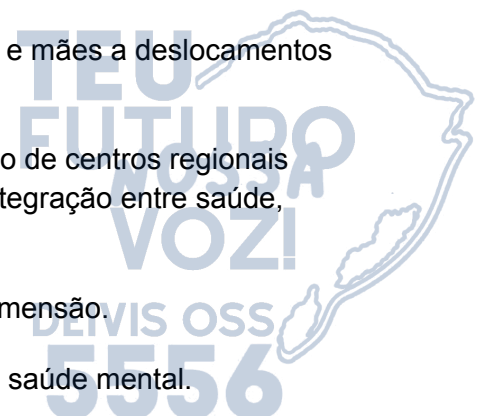
Muitas famílias vivem uma verdadeira peregrinação em busca de diagnóstico, terapias e acompanhamento especializado.

Em diversos municípios, a ausência de profissionais obriga pais e mães a deslocamentos constantes ou à interrupção do tratamento.

Essa realidade precisa ser enfrentada por meio do fortalecimento de centros regionais especializados, da formação continuada de profissionais e da integração entre saúde, educação e assistência social.

Nenhuma família deveria enfrentar sozinha um desafio dessa dimensão.

Outro tema que não pode mais ser tratado como secundário é a saúde mental.



A ansiedade, a depressão, a dependência química e o sofrimento psíquico cresceram de forma significativa nos últimos anos. Jovens, adultos, idosos e até crianças convivem com transtornos que muitas vezes permanecem invisíveis.

Precisamos romper o preconceito que ainda cerca essas doenças.

Cuidar da saúde mental é cuidar da vida.

É fortalecer famílias.

É prevenir suicídios.

É reduzir violência doméstica.

É melhorar o desempenho escolar.

É preservar relações de trabalho.

A saúde mental precisa ocupar definitivamente o espaço que merece dentro das políticas públicas.

Da mesma forma, o câncer continua sendo um dos maiores desafios da medicina contemporânea.

Nesse campo, o tempo possui valor inestimável.

Quanto mais cedo ocorre o diagnóstico, maiores são as chances de tratamento bem-sucedido.

Por isso, é fundamental fortalecer a rede regional de oncologia, reduzindo deslocamentos e garantindo que o paciente permaneça o mais próximo possível de sua família durante todo o tratamento.

Outro instrumento capaz de transformar profundamente a assistência em saúde é a tecnologia.

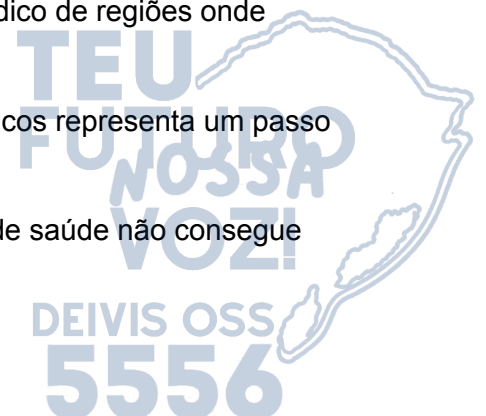
A telemedicina deixou de ser uma possibilidade para tornar-se uma realidade.

Ela não substitui o atendimento presencial, mas amplia o acesso a especialistas, reduz deslocamentos desnecessários e aproxima o conhecimento médico de regiões onde determinados profissionais ainda são escassos.

Da mesma forma, a integração nacional dos prontuários eletrônicos representa um passo essencial para modernizar o sistema.

Nenhum paciente deveria repetir exames porque uma unidade de saúde não consegue acessar informações produzidas por outra.

Tecnologia, quando utilizada com responsabilidade, salva vidas.



Mas talvez a maior transformação que precisamos promover esteja na forma de compreender a própria saúde.

Durante décadas concentramos nossos esforços no tratamento da doença.

O futuro exige que concentremos energia também na prevenção.

Promover hábitos saudáveis, estimular a prática de atividades físicas, fortalecer campanhas de vacinação, ampliar programas de diagnóstico precoce e investir em educação em saúde significa reduzir sofrimento e utilizar melhor os recursos públicos.

Prevenir continuará sendo o investimento mais inteligente que qualquer sistema de saúde poderá fazer.

Ao longo do mandato, defenderei medidas legislativas voltadas à modernização e à regionalização da saúde pública brasileira, entre elas:

- fortalecer a regionalização do SUS, ampliando a oferta de serviços especializados nas diferentes regiões do país;
- incentivar investimentos federais em hospitais regionais e consórcios intermunicipais de saúde;
- aperfeiçoar mecanismos legais para reduzir filas de exames, consultas e cirurgias de média e alta complexidade;
- ampliar a utilização da telemedicina e da saúde digital, especialmente em municípios de pequeno porte;
- fortalecer políticas nacionais voltadas ao atendimento da pessoa idosa, da saúde mental e das pessoas com Transtorno do Espectro Autista;
- incentivar a integração nacional dos prontuários eletrônicos e dos sistemas de informação em saúde;
- promover políticas permanentes de prevenção, diagnóstico precoce e educação em saúde.

Uma sociedade que cuida da saúde de sua população não apenas trata doenças.

Ela preserva famílias.

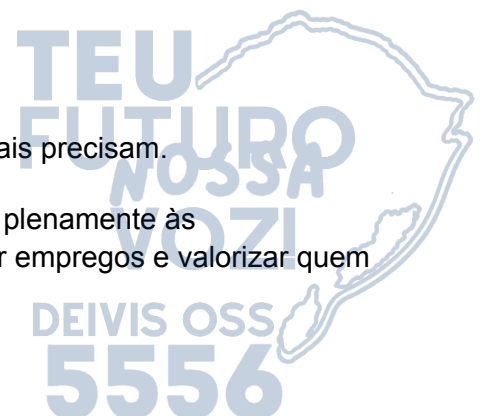
Protege o trabalho.

Fortalece a economia.

Reduz desigualdades.

E oferece esperança às pessoas nos momentos em que elas mais precisam.

Entretanto, nenhum sistema de saúde será capaz de responder plenamente às necessidades da população se o país não voltar a crescer, gerar empregos e valorizar quem produz.



É justamente sobre isso que trata o próximo capítulo: como construir um Brasil que volte a acreditar no trabalho, no empreendedorismo e na força do agronegócio como motores do desenvolvimento nacional.

CAPÍTULO IV

DESENVOLVIMENTO, AGRO E A VALORIZAÇÃO DE QUEM PRODUZ

Não existe justiça social sem desenvolvimento econômico.

Essa afirmação pode parecer simples, mas durante muito tempo o Brasil tratou essas duas ideias como se fossem incompatíveis. Criou-se a falsa impressão de que proteger quem produz significaria abandonar quem precisa, quando, na realidade, acontece exatamente o contrário. São as economias fortes que conseguem financiar políticas públicas eficientes. São os países que produzem riqueza aqueles que possuem melhores condições de investir em educação, saúde, segurança e infraestrutura.

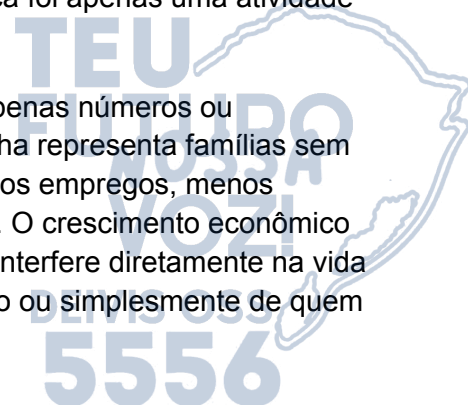
O Rio Grande do Sul conhece essa realidade melhor do que ninguém.

Nossa história foi construída pelo trabalho. Pelo agricultor que enfrenta a seca e o excesso de chuva sem poder controlar nenhuma das duas coisas. Pelo pecuarista que preserva uma tradição centenária. Pelo pequeno comerciante que abre as portas antes do amanhecer. Pelo caminhoneiro que percorre milhares de quilômetros para manter a economia em movimento. Pelo empreendedor que investe suas economias em um negócio sem qualquer garantia de retorno. Em comum, todos eles compartilham a mesma característica: produzem riqueza antes mesmo de receber qualquer recompensa por isso.

Talvez seja justamente por conhecer essa realidade que o gaúcho tenha aprendido a valorizar o trabalho como poucos povos no Brasil. Produzir nunca foi apenas uma atividade econômica. Sempre foi uma questão de identidade.

Defender o desenvolvimento, portanto, não significa defender apenas números ou indicadores. Significa defender pessoas. Cada empresa que fecha representa famílias sem renda. Cada produtor que abandona sua atividade significa menos empregos, menos arrecadação e menos oportunidades para comunidades inteiras. O crescimento econômico deixa de ser um conceito abstrato quando percebemos que ele interfere diretamente na vida de quem procura um emprego, de quem deseja abrir um negócio ou simplesmente de quem espera um futuro melhor para os filhos.

O agronegócio ocupa um lugar especial nessa discussão.



Muito além das exportações e dos índices de produtividade, ele representa segurança alimentar. Poucos países possuem a capacidade que o Brasil tem de produzir alimentos em escala suficiente para abastecer seu mercado interno e contribuir decisivamente para alimentar o mundo. Essa condição impõe responsabilidades, mas também exige respeito por quem está diariamente no campo enfrentando desafios que muitas vezes passam despercebidos para quem vive nos grandes centros urbanos.

O produtor rural brasileiro convive com uma combinação de fatores que escapa completamente ao seu controle. Está sujeito às variações climáticas, às oscilações do mercado internacional, ao comportamento do câmbio e ao aumento constante dos custos de produção. Ainda assim, precisa competir em um mercado global extremamente exigente.

É nesse ponto que a atuação do Estado faz diferença.

Não cabe ao poder público substituir o empreendedor nem interferir na livre iniciativa. Seu papel é criar um ambiente de segurança jurídica, estabilidade regulatória e competitividade. Sempre que a burocracia se torna excessiva, quando a infraestrutura é insuficiente ou quando a legislação cria obstáculos desnecessários, quem paga essa conta não é apenas o produtor. O consumidor também paga, porque alimentos mais caros significam perda do poder de compra das famílias.

Há um tema que merece ser enfrentado com maturidade e responsabilidade: a competitividade do produtor brasileiro diante dos países do Mercosul.

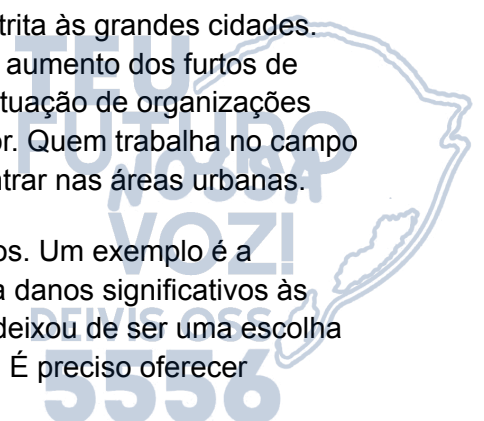
O Brasil exige padrões rigorosos para registro e utilização de diversos insumos agrícolas. Essa preocupação é legítima e deve ser preservada, porque envolve segurança alimentar e proteção da saúde da população. Ao mesmo tempo, nossos produtores convivem com concorrência internacional e frequentemente observam diferenças significativas nos custos de produção entre países vizinhos.

Esse debate não deve ser conduzido por paixões ideológicas nem por interesses circunstanciais. Ele precisa ser técnico. O agricultor brasileiro deve competir em igualdade de condições, sem abrir mão da qualidade sanitária que caracteriza nossos produtos. Defender a competitividade do agro é defender a capacidade do Brasil continuar produzindo alimentos com excelência.

Outro aspecto frequentemente esquecido diz respeito à segurança no campo.

Durante muito tempo, imaginou-se que a violência estivesse restrita às grandes cidades. Infelizmente, essa percepção já não corresponde à realidade. O aumento dos furtos de máquinas agrícolas, do roubo de defensivos, do abigeato e da atuação de organizações criminosas em áreas rurais impõe enormes prejuízos ao produtor. Quem trabalha no campo precisa da mesma proteção que qualquer cidadão espera encontrar nas áreas urbanas.

A atividade rural também enfrenta desafios ambientais complexos. Um exemplo é a expansão do javali-europeu, espécie exótica invasora que causa danos significativos às lavouras, à pecuária e aos ecossistemas. O manejo autorizado deixou de ser uma escolha individual para tornar-se uma necessidade de interesse coletivo. É preciso oferecer



segurança jurídica a quem atua dentro da legalidade e reconhecer que controlar espécies invasoras também é proteger a produção, o meio ambiente e a saúde pública.

Ao lado do agronegócio está outro segmento igualmente essencial para o desenvolvimento nacional: o empreendedorismo.

Toda empresa nasce de alguém que decidiu assumir riscos. Antes de existir um CNPJ, existe uma pessoa que acreditou em uma ideia, investiu recursos próprios, contratou funcionários e aceitou enfrentar um mercado competitivo. São essas pessoas que movimentam a economia brasileira todos os dias.

O papel do Estado não é dificultar esse processo.

Empreender no Brasil ainda exige enfrentar uma burocracia que consome tempo, recursos e energia. Em vez de incentivar a inovação, frequentemente obrigamos o empreendedor a dedicar boa parte do seu esforço ao cumprimento de exigências administrativas que pouco contribuem para o desenvolvimento do negócio.

Modernizar o ambiente econômico passa necessariamente pela simplificação das regras, pela estabilidade jurídica e pela redução de custos desnecessários. Quem deseja produzir precisa encontrar segurança para investir.

Essa mesma lógica vale para o sistema tributário.

Os impostos são indispensáveis para financiar políticas públicas. Entretanto, nenhum país se desenvolve quando tributa excessivamente quem produz riqueza e utiliza esses recursos de forma ineficiente. A responsabilidade fiscal não começa na arrecadação. Ela começa no respeito ao dinheiro do contribuinte.

Cada real arrecadado representa horas de trabalho de alguém.

Essa consciência precisa orientar qualquer discussão sobre orçamento público.

Ao longo do mandato, defenderei iniciativas legislativas voltadas ao fortalecimento do desenvolvimento econômico, entre elas:

- revisão de normas que aumentem a competitividade do agronegócio, preservando a segurança sanitária e o equilíbrio regulatório;
- fortalecimento da segurança rural e do combate aos crimes praticados no campo;
- aperfeiçoamento da legislação relacionada ao controle de espécies exóticas invasoras, oferecendo maior segurança jurídica aos manejadores autorizados;
- simplificação de procedimentos administrativos que dificultam o empreendedorismo e a geração de empregos;
- incentivo à inovação, à conectividade rural e à agricultura de precisão;
- fiscalização permanente da aplicação dos recursos públicos, buscando maior eficiência no gasto e respeito ao contribuinte.

Mais do que defender setores econômicos específicos, acredito que o Brasil precisa voltar a acreditar no trabalho como instrumento de transformação social. Uma economia forte não beneficia apenas empresários ou produtores rurais. Ela amplia oportunidades, fortalece

famílias, gera empregos e cria as condições necessárias para que o Estado cumpra suas responsabilidades.

O desenvolvimento, porém, não depende apenas da capacidade de produzir riqueza. Ele exige um Estado moderno, eficiente e preparado para responder aos desafios de um mundo em constante transformação. É justamente sobre esse equilíbrio entre liberdade, responsabilidade e boa gestão que trata o próximo capítulo.

CAPÍTULO V

LIBERDADE, RESPONSABILIDADE E UM ESTADO A SERVIÇO DAS PESSOAS

Poucas palavras foram tão utilizadas no debate público quanto "Estado". Para alguns, ele deveria resolver praticamente todos os problemas da sociedade. Para outros, sua participação deveria ser reduzida ao mínimo possível. Entre esses dois extremos, acredito existir um caminho mais sensato: o Estado deve estar presente onde sua atuação é indispensável e ser discreto onde a iniciativa das pessoas consegue produzir resultados melhores.

Essa não é apenas uma discussão econômica. É uma discussão sobre liberdade.

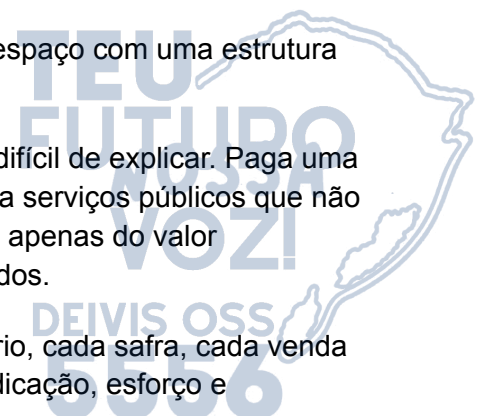
Sempre que um cidadão decide abrir uma empresa, comprar uma propriedade, investir, contratar um funcionário ou desenvolver um novo projeto, ele precisa confiar que encontrará regras claras, instituições estáveis e segurança jurídica. Sem essa confiança, o investimento diminui, os empregos deixam de ser criados e toda a sociedade perde.

Ao mesmo tempo, há áreas em que somente o Estado pode agir. Segurança pública, justiça, defesa nacional, proteção das fronteiras, fiscalização dos recursos públicos e garantia dos direitos fundamentais não podem ser terceirizadas. São deveres constitucionais e representam a razão de existir do próprio poder público.

O problema surge quando essas prioridades acabam dividindo espaço com uma estrutura administrativa excessivamente complexa, lenta e cara.

O cidadão brasileiro convive diariamente com uma contradição difícil de explicar. Paga uma carga tributária elevada e, ainda assim, frequentemente encontra serviços públicos que não correspondem ao esforço exigido para financiá-los. Não se trata apenas do valor arrecadado, mas da forma como esses recursos são administrados.

Quem trabalha sabe o quanto custa ganhar dinheiro. Cada salário, cada safra, cada venda realizada ou cada prestação de serviço representa horas de dedicação, esforço e



responsabilidade. É justamente por isso que o dinheiro público deve ser tratado com o mesmo cuidado que qualquer família administra seu orçamento doméstico.

Gastar bem é tão importante quanto arrecadar.

O desperdício não prejudica apenas as contas públicas. Ele reduz investimentos, atrasa obras, limita políticas sociais e enfraquece a confiança da população nas instituições. Um governo eficiente não é aquele que simplesmente aumenta despesas, mas aquele que entrega melhores resultados utilizando os recursos disponíveis de forma responsável.

Essa visão exige uma administração pública permanentemente comprometida com a eficiência. A tecnologia oferece oportunidades inéditas para isso. Hoje já é possível integrar bancos de dados, digitalizar processos, reduzir filas, eliminar burocracias e permitir que inúmeros serviços sejam acessados sem que o cidadão precise enfrentar deslocamentos desnecessários.

Quem procura um serviço público não deseja conhecer a estrutura administrativa do Estado. Quer apenas resolver seu problema.

Essa mudança de perspectiva parece simples, mas altera completamente a forma de governar. O foco deixa de ser a conveniência da máquina pública e passa a ser a necessidade do cidadão.

É preciso reconhecer que o Brasil avançou significativamente na digitalização de diversos serviços. Ainda assim, a fragmentação entre órgãos públicos continua impondo dificuldades que poderiam ser evitadas. Informações que já pertencem ao Estado frequentemente precisam ser apresentadas repetidas vezes pelo próprio cidadão, como se diferentes repartições não fizessem parte da mesma administração.

Modernizar o Estado significa superar esse modelo.

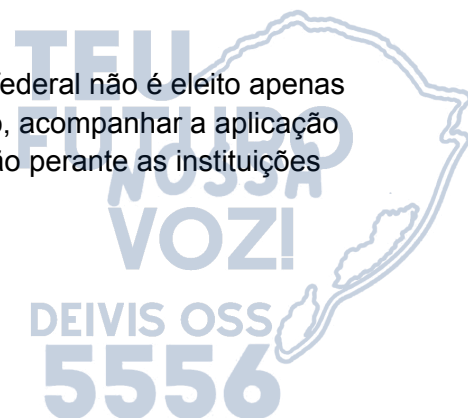
Também significa fortalecer uma cultura de avaliação permanente das políticas públicas. Durante muitos anos, acostumamo-nos a medir governos pela quantidade de programas criados ou pelo volume de recursos anunciados. Pouco se discutiu sobre resultados efetivos.

Toda política pública deveria responder a perguntas objetivas: resolveu o problema que pretendia enfrentar? Melhorou a vida das pessoas? Utilizou corretamente os recursos públicos? Caso contrário, precisa ser revista.

Essa lógica também deve orientar o Parlamento. Um deputado federal não é eleito apenas para produzir leis. Sua missão inclui fiscalizar o Poder Executivo, acompanhar a aplicação do orçamento, aperfeiçoar a legislação e representar a população perante as instituições nacionais.

Fiscalizar não significa criar obstáculos para governar.

Significa proteger o patrimônio público.



É justamente a fiscalização que impede desperdícios, identifica falhas administrativas e fortalece a confiança da sociedade nas instituições democráticas.

Outro princípio que considero indispensável é a transparência.

A tecnologia tornou possível aproximar representantes e representados como nunca antes. Hoje o cidadão pode acompanhar votações, consultar gastos públicos, fiscalizar contratos e participar do debate político em tempo real. Esse avanço precisa ser ampliado.

A democracia torna-se mais forte quando o cidadão possui informações suficientes para avaliar a atuação de seus representantes.

Também acredito que a liberdade constitui um dos maiores patrimônios da democracia brasileira. Liberdade de expressão, liberdade religiosa, liberdade de empreender, liberdade de associação e liberdade de consciência não pertencem a governos. São direitos assegurados pela Constituição e precisam ser preservados independentemente das circunstâncias políticas.

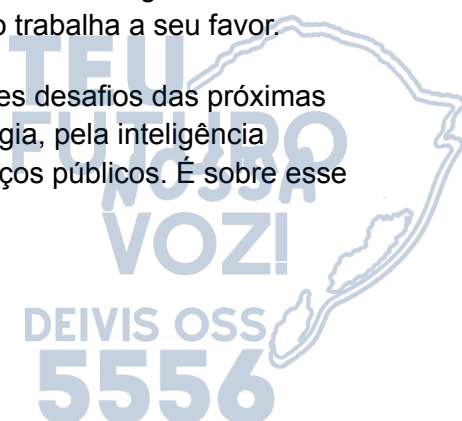
Defender essas liberdades não significa abrir espaço para abusos nem relativizar responsabilidades. Toda liberdade convive naturalmente com deveres e limites previstos em lei. O desafio permanente da democracia consiste justamente em proteger ambos.

Ao longo do mandato, defenderei iniciativas voltadas ao fortalecimento das instituições e à modernização da administração pública, entre elas:

- simplificação de procedimentos administrativos e redução de burocracias desnecessárias;
- ampliação da digitalização dos serviços públicos e da integração entre órgãos governamentais;
- fortalecimento dos mecanismos de transparência e controle dos gastos públicos;
- aperfeiçoamento da fiscalização parlamentar sobre a execução do orçamento federal;
- incentivo a políticas de inovação e eficiência na administração pública;
- defesa das liberdades individuais asseguradas pela Constituição, sempre em harmonia com o Estado Democrático de Direito.

Uma nação não se desenvolve apenas porque possui riquezas naturais ou uma economia forte. Ela cresce quando suas instituições inspiram confiança, quando as regras permanecem estáveis e quando o cidadão percebe que o Estado trabalha a seu favor.

É essa confiança que permitirá ao Brasil enfrentar um dos maiores desafios das próximas décadas: preparar-se para um mundo transformado pela tecnologia, pela inteligência artificial e por novas formas de produzir, aprender e prestar serviços públicos. É sobre esse futuro que trata o próximo capítulo.



CAPÍTULO VI

TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E O BRASIL DAS PRÓXIMAS GERAÇÕES

Cada geração enfrenta um desafio que redefine seu tempo.

Houve um período em que o desenvolvimento de um país dependia principalmente de suas riquezas naturais. Depois, a força da indústria passou a determinar quais nações liderariam a economia mundial. Hoje, o diferencial está na capacidade de transformar conhecimento em inovação.

A tecnologia deixou de ser um setor específico da economia. Ela passou a influenciar praticamente tudo o que fazemos. Está presente na agricultura que utiliza sensores para aumentar a produtividade, na medicina que realiza diagnósticos mais precisos, na educação que rompe barreiras geográficas, na segurança pública que utiliza inteligência para combater organizações criminosas e na administração pública que pode oferecer serviços mais rápidos e eficientes.

Essa transformação não deve ser vista com receio, mas com responsabilidade.

O Brasil não pode assistir à revolução tecnológica como mero espectador. Precisamos preparar nossas instituições para um mundo que já mudou e continuará mudando em ritmo acelerado. Isso exige investimentos, atualização legislativa e, principalmente, disposição para abandonar modelos administrativos que deixaram de responder às necessidades da sociedade.

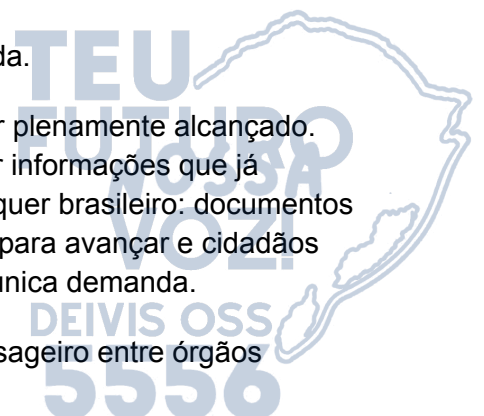
Uma das maiores virtudes da tecnologia é devolver tempo às pessoas.

Quando um cidadão consegue resolver um problema pelo celular, deixa de perder um dia inteiro em filas. Quando um produtor rural acessa informações climáticas em tempo real, reduz prejuízos e aumenta sua produtividade. Quando um médico consulta o histórico clínico de um paciente em poucos segundos, ganha tempo para aquilo que realmente importa: cuidar da vida.

Tecnologia, portanto, não é apenas inovação. É qualidade de vida.

Na administração pública, esse princípio ainda está longe de ser plenamente alcançado. Muitos órgãos permanecem isolados, incapazes de compartilhar informações que já pertencem ao próprio Estado. O resultado é conhecido por qualquer brasileiro: documentos apresentados repetidas vezes, processos que demoram meses para avançar e cidadãos obrigados a percorrer diferentes repartições para resolver uma única demanda.

Não faz sentido que o cidadão continue funcionando como mensageiro entre órgãos públicos que deveriam conversar entre si.



A transformação digital precisa ser acompanhada de uma profunda revisão da cultura administrativa. Digitalizar um procedimento burocrático sem simplificá-lo apenas transfere a burocracia do papel para a tela do computador. Modernizar o Estado significa redesenhar processos, eliminar etapas desnecessárias e colocar o cidadão no centro das decisões.

Esse mesmo olhar deve alcançar a saúde.

A telemedicina demonstrou que é possível aproximar especialistas de municípios que nunca tiveram determinadas especialidades médicas. Em um Estado com as dimensões do Rio Grande do Sul, isso representa muito mais do que comodidade. Significa reduzir deslocamentos, acelerar diagnósticos e permitir que milhares de pessoas permaneçam próximas de suas famílias durante o tratamento.

Na educação, a tecnologia também amplia oportunidades. Mas ela jamais substituirá o papel do professor. O conhecimento continua sendo construído por pessoas. As ferramentas digitais devem fortalecer o trabalho docente, ampliar o acesso ao conteúdo e preparar nossos jovens para profissões que ainda sequer existem.

Talvez nenhum outro setor tenha mudado tanto quanto a segurança pública.

A criminalidade tornou-se altamente tecnológica. Golpes bancários, fraudes eletrônicas, estelionatos digitais, invasões de sistemas e crimes praticados por organizações especializadas movimentam bilhões de reais todos os anos. O combate a essas práticas exige inteligência, integração entre instituições e profissionais cada vez mais qualificados.

Como policial civil, acompanho diariamente essa transformação. Muitos criminosos sequer precisam sair de casa para causar enormes prejuízos às vítimas. Essa realidade exige uma resposta igualmente moderna por parte do Estado.

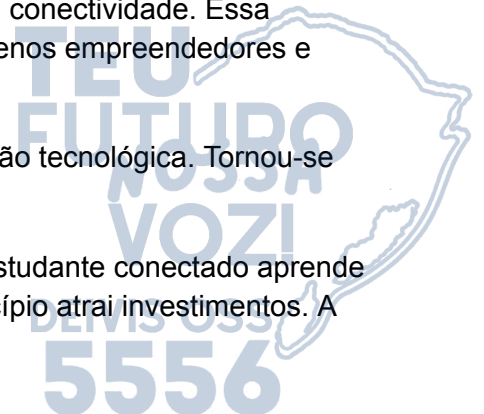
Também precisamos ampliar a cultura da proteção de dados. A informação tornou-se um dos bens mais valiosos do nosso tempo. Garantir segurança digital significa proteger patrimônio, privacidade e até a própria identidade das pessoas. A legislação brasileira avançou nessa matéria, mas continuará exigindo aperfeiçoamentos à medida que novas tecnologias surgirem.

Entretanto, a inovação não pode aprofundar desigualdades.

Enquanto algumas regiões convivem com internet de alta velocidade e ampla oferta de serviços digitais, outras ainda enfrentam dificuldades básicas de conectividade. Essa diferença afeta diretamente estudantes, produtores rurais, pequenos empreendedores e famílias inteiras.

Levar conectividade ao interior deixou de ser apenas uma questão tecnológica. Tornou-se uma política de desenvolvimento regional.

O agricultor que utiliza agricultura de precisão produz mais. O estudante conectado aprende mais. O pequeno empresário alcança novos mercados. O município atrai investimentos. A tecnologia gera oportunidades onde antes existiam limitações.



Ao longo do mandato, defenderei iniciativas que aproximem a inovação da vida das pessoas, entre elas:

- incentivar a integração dos sistemas digitais da administração pública, reduzindo burocracias e facilitando o acesso aos serviços;
- fortalecer a segurança cibernética e o combate aos crimes digitais;
- ampliar o uso responsável da inteligência artificial para melhorar a eficiência do serviço público;
- incentivar investimentos em conectividade rural e inclusão digital;
- apoiar a expansão da telemedicina e da integração dos prontuários eletrônicos do SUS;
- promover políticas que fortaleçam a educação tecnológica, a pesquisa e a inovação.

Nenhuma tecnologia substituirá o bom senso, a ética ou a responsabilidade humana. Mas, quando utilizada corretamente, ela pode aproximar governos das pessoas, reduzir desigualdades e ampliar oportunidades.

O futuro não pertence aos países que simplesmente possuem mais recursos naturais. Pertence àqueles que conseguem transformar conhecimento em desenvolvimento.

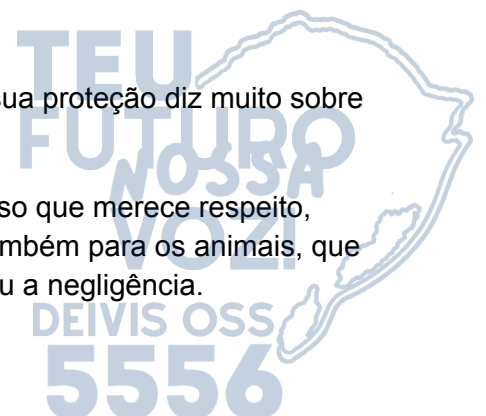
É exatamente por acreditar nisso que defendo um Estado preparado para os desafios do século XXI, sem perder de vista aquilo que jamais poderá ser substituído por qualquer inovação: o valor da vida, da dignidade humana e da responsabilidade com as próximas gerações.

CAPÍTULO VII

O RESPEITO À VIDA, A PROTEÇÃO ANIMAL E A RESPONSABILIDADE COM O FUTURO

A forma como uma sociedade trata aqueles que dependem da sua proteção diz muito sobre os valores que ela escolheu cultivar.

Isso vale para uma criança que precisa de amparo, para um idoso que merece respeito, para uma pessoa com deficiência que busca oportunidades e também para os animais, que não possuem voz para denunciar o abandono, os maus-tratos ou a negligência.



Durante muito tempo, a proteção animal foi tratada como uma causa periférica, quase sempre sustentada pelo esforço de voluntários que dedicam tempo, recursos e afeto para suprir aquilo que o poder público não consegue oferecer. Essa realidade precisa mudar.

Não porque os animais devam ocupar o lugar das pessoas, mas porque uma política séria de proteção animal beneficia toda a sociedade.

Quando uma prefeitura controla a população de cães e gatos por meio da castração, reduz o abandono, diminui acidentes, previne zoonoses e melhora a qualidade de vida das comunidades. Quando combate os maus-tratos, fortalece uma cultura de respeito à vida. Quando apoia campanhas de adoção responsável, incentiva valores como responsabilidade, solidariedade e cuidado.

A proteção animal, portanto, não pode ser vista apenas sob o aspecto emocional. Ela também é uma política de saúde pública.

O conceito conhecido internacionalmente como **Saúde Única (One Health)** demonstra exatamente isso. A saúde humana, a saúde animal e a preservação ambiental não caminham separadamente. Elas fazem parte de um mesmo sistema. Epidemias, zoonoses, contaminações ambientais e desequilíbrios ecológicos mostram diariamente que ignorar uma dessas dimensões compromete todas as demais.

Esse entendimento precisa orientar cada vez mais as políticas públicas brasileiras.

Ao mesmo tempo, é necessário reconhecer o trabalho silencioso desenvolvido por milhares de protetores independentes, organizações da sociedade civil, universidades e profissionais da medicina veterinária. Em praticamente todas as cidades do país existem pessoas que assumem responsabilidades que deveriam ser compartilhadas pelo Estado. São elas que acolhem animais abandonados, promovem campanhas de adoção, organizam mutirões de castração e arrecadam recursos para tratamentos veterinários.

Essas iniciativas merecem reconhecimento, mas não podem continuar substituindo permanentemente a atuação do poder público.

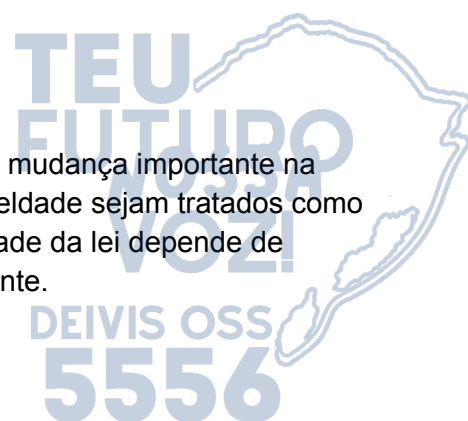
Defendo que a União fortaleça programas de cooperação com estados e municípios, estimulando políticas permanentes de controle populacional, identificação animal, educação para a guarda responsável e apoio técnico às administrações locais. O objetivo não é concentrar competências em Brasília, mas criar instrumentos que permitam aos municípios enfrentar um problema que cresce a cada ano.

Essa mesma lógica deve orientar o combate aos maus-tratos.

A legislação brasileira avançou nos últimos anos, refletindo uma mudança importante na percepção da sociedade. Hoje já não se admite que atos de crueldade sejam tratados como simples infrações de menor importância. Ainda assim, a efetividade da lei depende de investigação adequada, fiscalização e conscientização permanente.

Punir é necessário.

Educar é indispensável.



As duas estratégias caminham juntas.

Também considero importante estimular programas de educação ambiental e de guarda responsável nas escolas. Valores como respeito, empatia e responsabilidade são construídos desde cedo e produzem efeitos que ultrapassam a própria causa animal. Crianças que aprendem a respeitar a vida tendem a compreender melhor o valor da convivência, da solidariedade e do cuidado com o próximo.

Outro tema que merece atenção é o equilíbrio ambiental.

No capítulo dedicado ao agronegócio tratei da necessidade de aperfeiçoar as políticas relacionadas ao controle de espécies exóticas invasoras, especialmente do javali-europeu. Retomo esse assunto porque ele demonstra que preservar o meio ambiente exige decisões técnicas, fundamentadas na ciência e orientadas pelo interesse coletivo. O manejo ambiental responsável não representa oposição à proteção da fauna; representa justamente o esforço para preservar o equilíbrio dos ecossistemas e proteger a biodiversidade brasileira.

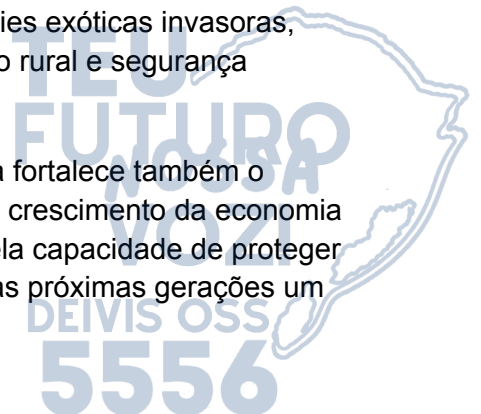
Precisamos abandonar a falsa ideia de que desenvolvimento econômico e preservação ambiental são objetivos incompatíveis. A experiência internacional demonstra exatamente o contrário. Os países que mais avançaram foram aqueles capazes de conciliar produção, sustentabilidade e inovação.

Essa será sempre a direção que defenderei.

Ao longo do mandato, pretendo apoiar iniciativas legislativas voltadas à consolidação de políticas públicas permanentes para a proteção animal e o fortalecimento da saúde ambiental, entre elas:

- incentivar programas nacionais de castração e identificação animal em parceria com estados e municípios;
- fortalecer políticas de prevenção e combate aos maus-tratos, aperfeiçoando mecanismos de fiscalização e investigação;
- ampliar a cooperação entre poder público, universidades e organizações da sociedade civil na área da medicina veterinária e da proteção animal;
- incentivar programas de educação para a guarda responsável e de conscientização sobre bem-estar animal;
- fortalecer políticas de vigilância em saúde baseadas no conceito de Saúde Única;
- aperfeiçoar a legislação relacionada ao manejo de espécies exóticas invasoras, conciliando preservação ambiental, proteção da produção rural e segurança sanitária.

Uma sociedade que aprende a respeitar todas as formas de vida fortalece também o respeito entre as pessoas. Civilização não se mede apenas pelo crescimento da economia ou pela quantidade de obras realizadas. Mede-se, sobretudo, pela capacidade de proteger os mais vulneráveis, preservar o patrimônio natural e transmitir às próximas gerações um país melhor do que aquele que recebemos.



CAPÍTULO VIII

UMA NOVA FORMA DE REPRESENTAR O RIO GRANDE DO SUL

Ao longo deste Manifesto apresentei as convicções que orientarão minha atuação parlamentar. Falei sobre a importância da família, da segurança pública, da saúde, do desenvolvimento econômico, da inovação, da liberdade e da responsabilidade social. Nenhuma dessas ideias nasceu durante uma campanha eleitoral. Elas foram construídas ao longo de uma vida dedicada ao Direito, à segurança pública, ao ensino, à comunicação e ao contato permanente com pessoas que convivem diariamente com os desafios do nosso Estado.

Entretanto, um mandato não se mede apenas pelas propostas que apresenta.

Ele é avaliado pela forma como transforma princípios em ações concretas.

O deputado federal possui uma responsabilidade muito maior do que normalmente se imagina. Sua função não se limita à elaboração de leis ou à destinação de recursos para os municípios. Cabe ao parlamentar fiscalizar o Poder Executivo, acompanhar a aplicação do orçamento da União, aperfeiçoar a legislação brasileira, defender os interesses do Estado que representa e participar das decisões que definirão o futuro do país.

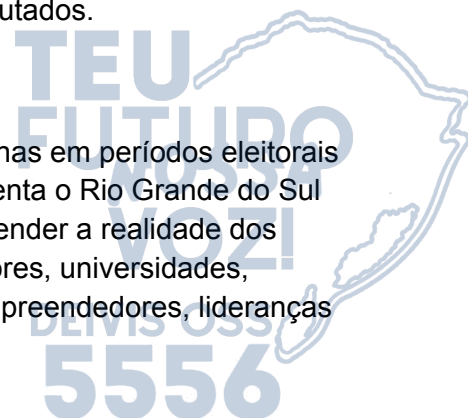
Essas atribuições exigem preparo técnico, independência e, sobretudo, responsabilidade.

Ao longo da minha vida profissional tive a oportunidade de conhecer diferentes instituições do Estado brasileiro. Atuei ao lado da magistratura, do Ministério Público, da advocacia, da administração pública municipal e da Polícia Civil. Em cada uma dessas experiências aprendi que boas leis são importantes, mas instituições fortes dependem principalmente da qualidade das pessoas que as integram.

É esse aprendizado que pretendo levar para a Câmara dos Deputados.

Não acredito em um mandato distante da população.

Também não acredito que um representante deva aparecer apenas em períodos eleitorais ou limitar sua atuação aos corredores de Brasília. Quem representa o Rio Grande do Sul precisa estar presente nas cidades, ouvir quem produz, compreender a realidade dos municípios e manter diálogo permanente com prefeitos, vereadores, universidades, entidades de classe, forças de segurança, produtores rurais, empreendedores, lideranças religiosas e organizações da sociedade civil.



As melhores políticas públicas raramente nascem dentro de gabinetes. Elas surgem da experiência de quem enfrenta os problemas todos os dias.

Da mesma forma, acredito que transparência não deve ser entendida como uma obrigação burocrática, mas como um compromisso ético. O cidadão tem o direito de saber como seu representante vota, quais projetos apresenta, quais posições defende e como exerce a função que lhe foi confiada. A tecnologia tornou isso possível. Cabe ao mandato transformar essa possibilidade em prática permanente.

Também compreendo que representar um Estado exige independência.

Independência para dialogar com diferentes setores da sociedade sem abrir mão das próprias convicções. Independência para apoiar boas iniciativas, independentemente de quem as proponha. E independência para se posicionar contra medidas que contrariem os princípios que orientam este Manifesto, ainda que isso exija enfrentar pressões políticas ou interesses circunstanciais.

Não acredito em uma política construída apenas para a próxima eleição.

Acredito em uma política construída para a próxima geração.

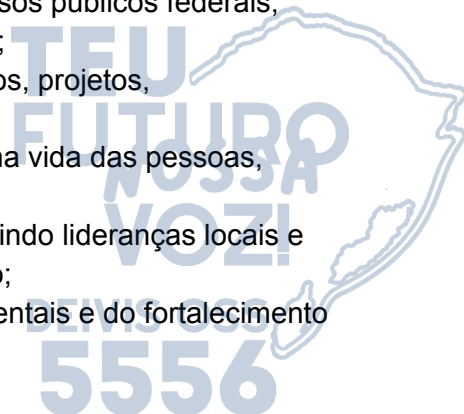
Essa visão exige responsabilidade fiscal, respeito às instituições democráticas, compromisso com a Constituição e disposição permanente para ouvir. Nenhum parlamentar possui todas as respostas. A boa política nasce justamente da capacidade de escutar, aprender e construir soluções coletivas sem abrir mão dos valores que orientam cada decisão.

Minha experiência como professor ensinou que conhecimento se fortalece no diálogo. A atuação na Polícia Civil mostrou que a realidade quase sempre é mais complexa do que aparenta. A advocacia demonstrou que por trás de cada processo existe uma pessoa esperando por justiça. Essas experiências moldaram a forma como pretendo exercer o mandato: com firmeza nas convicções, serenidade nas decisões e respeito por aqueles que pensam diferente.

Esse compromisso também se refletirá na maneira como conduzirei o trabalho parlamentar.

Ao longo do mandato, assumo publicamente o compromisso de:

- exercer rigorosa fiscalização sobre a aplicação dos recursos públicos federais, especialmente aqueles destinados ao Rio Grande do Sul;
- manter prestação permanente de contas, divulgando votos, projetos, posicionamentos e atividades parlamentares;
- priorizar projetos de lei que produzam efeitos concretos na vida das pessoas, evitando iniciativas meramente simbólicas;
- manter presença constante nos municípios gaúchos, ouvindo lideranças locais e acompanhando de perto as necessidades de cada região;
- atuar em defesa da Constituição, das liberdades fundamentais e do fortalecimento das instituições democráticas;



- construir diálogo com todos os setores da sociedade, preservando a coerência com os princípios apresentados neste Manifesto.

Mais do que ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados, quero representar um modo diferente de fazer política.

Uma política que compreenda que autoridade não se impõe; conquista-se.

Que confiança não se exige; constrói-se.

E que respeito não nasce dos cargos ocupados, mas da coerência entre aquilo que se diz e aquilo que se faz.

Se ao final deste mandato as pessoas puderem afirmar que encontraram um representante preparado, presente, acessível e fiel aos compromissos assumidos, entenderei que a missão foi cumprida.

Porque mandatos são temporários.

As leis permanecem.

Os valores permanecem.

E o exemplo que deixamos para as próximas gerações permanece por muito mais tempo do que qualquer cargo público.

AO POVO GAÚCHO

Quando comecei a escrever este Manifesto, fiz uma escolha.

Poderia apresentar apenas propostas, números e projetos de lei. Poderia limitar estas páginas a um conjunto de compromissos eleitorais. Seria mais simples.

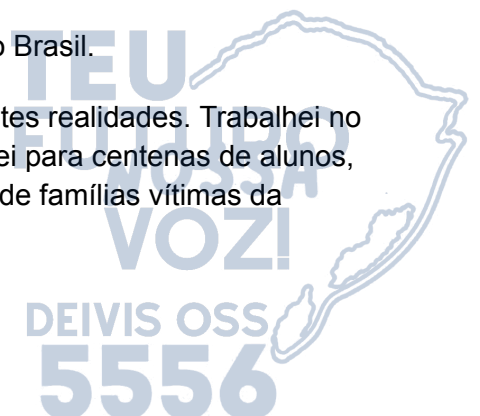
Mas essa nunca foi a minha intenção.

Quis apresentar uma forma de enxergar o Rio Grande do Sul e o Brasil.

Ao longo da minha vida, tive a oportunidade de conhecer diferentes realidades. Trabalhei no Direito, atuei na advocacia, servi ao lado da magistratura, lecionei para centenas de alunos, escrevi livros, ingressei na Polícia Civil, acompanhei o cotidiano de famílias vítimas da violência e percorri inúmeras cidades do nosso Estado.

Em todas essas experiências encontrei algo em comum.

Pessoas.



Pessoas honestas que acordam cedo todos os dias para trabalhar.

Pais e mães que fazem sacrifícios para oferecer um futuro melhor aos filhos.

Produtores rurais que enfrentam a estiagem, as enchentes e as incertezas do mercado sem perder a coragem de plantar novamente.

Empresários que continuam investindo mesmo quando a burocracia parece transformar cada passo em um obstáculo.

Professores que acreditam que uma sala de aula ainda pode mudar destinos.

Policiais que saem de casa sem saber se voltarão no fim do turno.

Profissionais da saúde que permanecem ao lado de quem sofre nos momentos mais difíceis da vida.

Foi convivendo com essas pessoas que compreendi o verdadeiro significado do serviço público.

Servir nunca foi ocupar um cargo.

Servir é assumir responsabilidades.

É compreender que toda decisão tomada por um representante alcança a vida de milhares de famílias que talvez ele nunca venha a conhecer.

Por isso decidi entrar para a vida pública.

Não porque acredito que a política seja capaz de resolver tudo.

Mas porque continuo acreditando que ela pode melhorar muita coisa quando exercida com seriedade, preparo e compromisso com as pessoas.

Não apresento neste Manifesto promessas de soluções fáceis.

O Brasil é grande demais para isso.

Os desafios do Rio Grande do Sul também.

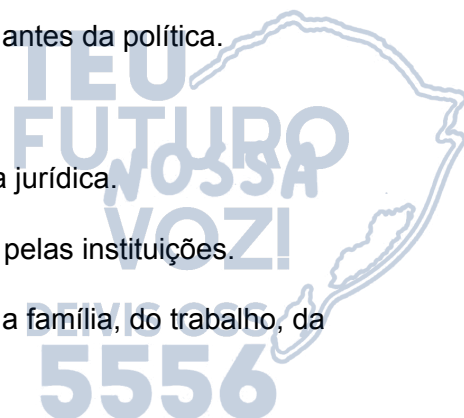
Mas apresento uma convicção que me acompanha desde muito antes da política.

Nenhuma sociedade prospera quando abandona seus valores.

Nenhuma economia cresce de forma sustentável sem segurança jurídica.

Nenhuma democracia permanece forte quando perde o respeito pelas instituições.

Nenhum país alcança desenvolvimento verdadeiro se esquece da família, do trabalho, da educação e da liberdade.



Esses princípios orientaram minha vida antes mesmo de eu imaginar disputar um mandato.

Continuarão orientando minhas decisões depois dele.

Se um dia eu tiver a honra de representar os gaúchos na Câmara dos Deputados, não quero ser lembrado pelo número de discursos que fiz.

Nem pela quantidade de projetos que protocolei.

Muito menos pelo tempo que permaneci na vida pública.

Quero ser lembrado pela coerência.

Pela coragem de defender aquilo em que acredito.

Pela disposição de ouvir antes de decidir.

Pelo respeito com que tratei cada pessoa, independentemente das diferenças.

E pela fidelidade aos valores que aprendi ainda menino, em Catuípe, com minha avó, minha mãe e minha irmã.

São esses valores que me trouxeram até aqui.

E serão eles que continuarão guiando cada passo da minha caminhada.

Ao povo gaúcho, deixo uma certeza.

Meu compromisso não será com grupos de interesse.

Não será com conveniências políticas.

Não será com projetos pessoais.

Será com as pessoas.

Com quem trabalha.

Com quem produz.

Com quem acredita na família.

Com quem sonha em viver em um Estado mais seguro.

Com quem deseja uma saúde mais próxima, uma educação de qualidade, uma economia forte e um Brasil que volte a olhar para o futuro com esperança.

A confiança de um povo não se conquista durante uma campanha.

Ela se conquista todos os dias.

Com trabalho.



Com transparência.

Com coerência.

Com presença.

Se este Manifesto conseguir transmitir essa convicção, ele já terá cumprido sua missão.

O restante dependerá do trabalho.

E é para isso que coloco minha experiência, minha dedicação e minha vida pública à disposição do Rio Grande do Sul.

Porque acredito que servir continua sendo a forma mais nobre de fazer política.

Deivis Oss

Epílogo

"Os mandatos são temporários. Os princípios permanecem. Que cada decisão tomada hoje ajude a construir um Rio Grande do Sul mais seguro, mais justo, mais livre e mais humano para as próximas gerações."

